



**ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019.**

Data : 14/03/2019  
Horário : 14:00h  
Local : Office Park – Rod. SC 401, KM 5, 4756 - 2 - Saco Grande 2, Florianópolis - SC, 88032-005. Florianópolis/SC.

1 Às quatorze horas e oito minutos e do dia quatorze de março de dois mil e dezenove, na sala  
2 de reuniões da SDS, reuniu-se a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio  
3 Ambiente (CONSEMA), com a presença da senhora Juliana Cassanelli Machado (IMA),  
4 Presidente; e dos membros representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada:  
5 Camila de Alcântara Rico (IMA), José Almerly Padilha (OCESC) e Maicon dos Reis Soares  
6 (FAESC).

7

8 Julgamento do processo relacionado no Edital 05/19, publicado no DOE nº 20.971 de  
9 11/03/2019.

10

11 **A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**  
12 **(CONSEMA)**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do Anexo Único do Decreto  
13 nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

14

15 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 61/16**

16 AIA Nº : 6333-A

17 PROCESSO Nº : PMSC 23232/2015

18 RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

19 RECORRENTE : DIOGO ANDOIGNINI

20 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

21

**EMENTA**

22

23 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART.  
24 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA. PESCAR EM  
25 PERÍODO PROIBIDO. RECURSO ADMINISTRATIVO INTEMPESTIVO. RETORNEM OS



AUTOS À ORIGEM.

### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, não conhecer do recurso. Após, retornem os autos à origem para cumprimento do despacho de penalidade.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 14/15

AIA Nº : 20870-B  
PROCESSO Nº : FATMA 48257/2014  
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO  
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE (IMA)

### EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL. CORTE DE ARAUCÁRIA DESCUMPRINDO AS CONDICIONANTES DA AUTORIZAÇÃO. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após,



retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 286/14**

AIA Nº : 33376-A

PROCESSO Nº : PMSC 5453/2014

RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : GERMANO LUIZ FELDER

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 47 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE TREZE TILHAS. TRANSPORTE DE PRODUTO FLORESTAL NATIVO SEM POSSUIR DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ACOBERTAR O TRANSPORTE. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.



JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 163/13**

AIA Nº : 32605-A

PROCESSO Nº : DSUST 1014/2013

RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : RENATO GONÇALVES KREMER

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 47 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. TRANSPORTAR PRODUTO FLORESTAL SEM POSSUIR OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição quinquenal do recurso. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 126/13**

AIA Nº : 22256-A



PROCESSO Nº : DSUST 841/2013  
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO  
RECORRENTE : PAULINHO NEREU RAMOS  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

#### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 50 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE. DESTRUIR VEGETAÇÃO NATIVA SECUNDÁRIA SEM POSSUIR LICENÇA AMBIENTAL. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

#### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição quinquenal do recurso. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 145/09**

AIA Nº : 23982-A  
PROCESSO Nº : PMSC 32417/2016  
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO  
RECORRENTE : MANOEL LUIZ MARTINS  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

#### **EMENTA**



RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 50 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PALHOÇA. DESMATAR VEGETAÇÃO NATIVA EM ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 175/10**

AIA Nº : 18795-A  
PROCESSO Nº : DSUST 21211/2010  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : VALDIR SILVA FERNANDES  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ. PROMOVER SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.



### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 187/11**

AIA Nº : 18463-A  
PROCESSO Nº : DSUST 887/2011  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : LAURECI LUIZ DE LIMAS  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CANELINHA. DANIFICAR VEGETAÇÃO NATURAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após,



retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 311/11**

AIA Nº : 30262-A  
PROCESSO Nº : DSUST 1566/2011  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : JAIR PEREIRA SIMÃO  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 47 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA. TRANSPORTE DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.





JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 315/11**

AIA Nº : 05970-A  
PROCESSO Nº : DSUST 1599/2011  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : WILSON JOSÉ MACIEL  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS. PROMOVER CONSTRUÇÃO DE AÇUDE DENTRO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM ANUÊNCIA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 17/12**

AIA Nº : 17166-A



PROCESSO Nº : DSUST 275/2012  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : JOÃO SENEM  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

#### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO. MANTER EM CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

#### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 73/12**

AIA Nº : 24039-A  
PROCESSO Nº : DSUST 560/2012  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : JOÉDIO BORGES JÚNIOR  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)



#### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 37 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ. PESCAR COM A UTILIZAÇÃO DE PETRECHO PROIBIDO. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

#### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 312/12**

AIA Nº : 31242-A  
PROCESSO Nº : DSUST 1542/2012  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : WALDIR RUTHES  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

#### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 47 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS. DEPÓSITO DE PRODUTO FLORESTAL NATIVO DE ESPÉCIES DIVERSAS SEM MUNIR-SE DE LICENÇA. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À



ORIGEM.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 437/12**

AIA Nº : 04644-C  
PROCESSO Nº : DSUST 2102/2012  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA  
RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE (IMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 48 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CAPINZAL. PROMOVER AMPLIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO EM SOLO NÃO EDIFICÁVEL DIFICULTANDO A REGENERAÇÃO NATURAL. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas,



decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO  
Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 77/16**

AIA Nº : 37056-A  
PROCESSO Nº : PMSC 2968/2016  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : MARCELO RODIO  
RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE (IMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PALMITOS. PESCAR EM LOCAL PROIBIDO. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente do recurso administrativo. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.



JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 308/16**

AIA Nº : 05672-C

PROCESSO Nº : DSUST 843/2016

RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

RECORRENTE : COMFLORESTA CIA CATARINENSE DE EMPREENDIMENTOS  
FLORESTAS S.A.

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 43 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL. SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO OU DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM POSSUIR LICENÇA AMBIENTAL. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 222/17**



AIA Nº : 20740-A  
PROCESSO Nº : PMSC 8869/2016  
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA  
RECORRENTE : NELSON SPEZIA  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

#### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 29 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL. MAUS TRATOS A ANIMAIS. RECONHECER DE OFÍCIO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

#### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, vencido o relator, por maioria, reconhecer de ofício a prescrição intercorrente. Após, retornem os autos à origem para as providências cabíveis.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO  
Presidente

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 213/17**

AIA Nº : 39574-A  
PROCESSO Nº : PMSC 9524/2017  
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA  
RECORRENTE : LUCIANO PEREIRA  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

#### **EMENTA**



RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JOINVILLE. MANTER EM CATIVEIRO PASSÁROS SILVESTRES SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. CONVERSÃO DO VALOR DE MULTA EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO. RETORNEM OS AUTOS À ORIGEM.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, acompanhar o voto do relator para a conversão do valor da multa em serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Após, retornem os autos à origem para as providências cabíveis.

Florianópolis, 14 de março de 2019.

**JULIANA CASSANELLI MACHADO**

Presidente

Distribuídos por sorteio os processos conforme guias em anexo.

Auxiliou a presidência da reunião a servidora Thaís Telemberg Soares e a funcionária Pietra Pires Machado. Segue em anexo lista de presenças. Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar, às quinze horas e trinta minutos declarou-se encerrada a Reunião.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente.

Florianópolis, 14 de março de 2019.